



ACÓRDÃO Nº1109/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12418/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Vanessa Lima do Nascimento (Ordenador de Despesa), Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (Ordenador de Despesa), Michele Adriane Pimentel Afonso (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruna Mara de Oliveira Martins - 10341, Zayra Tays Albuquerque da Silva - 11957, Fabricio dos Santos Lima - 8638 e Elvis Caldas Neves - OAB/AM 11804.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2396/2023-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA LESTE. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste, exercício de 2019, sob a responsabilidade da **Sra. Michele Adriane Pimentel Afonso**;
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Michele Adriane Pimentel Afonso**, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) por grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pelas restrições não sanadas:

Nº 04: justificar a defasagem em vários materiais (medicamentos, equipamentos químicos, utensílios hospitalares, entre outros), conforme verificado no Inventário de estoques do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste, podendo acarretar diversos vícios e ilegalidades, além da prestação de serviços de forma deficiente.



ACÓRDÃO Nº1109/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Nº 05: esclarecer se foi realizada revisão (e em que periodicidade esta ocorre) dos estoques da unidade de forma a contemplar a demanda atual e a reprimida por medicamentos e produtos de saúde.

Nº 10: ausência de plaquetas para o controle dos Bens Patrimoniais tombados pela administração, contrariando os artigos 92 e 94 da Lei nº 4.320/64

e fixar prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, nos termos do artigo 308, inciso VI, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência à Sra. Michele Adriane Pimentel Afonso e seus patronos da decisão desta Corte de Contas.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1109/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO em 13/06/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 7DB178D1-D0958ACD-E134817A-5FC305CD